

O cenário legislativo está em constante movimento — e acompanhar os projetos de lei que impactam diretamente nossos associados é parte essencial do compromisso institucional da AMBEP.

Neste Informativo Parlamentar, trazemos uma atualização objetiva sobre alguns dos principais projetos de lei que a AMBEP acompanha de perto. Nosso objetivo é manter você bem informado sobre os avanços, debates e possíveis desdobramentos dessas matérias, reforçando a transparência e o papel ativo da Associação na defesa dos seus interesses.

Seguimos atentos, atuantes e comprometidos com aquilo que é prioridade para você.

PLP 12/2020 – Portabilidade e Proteção do Patrimônio do Participante

Status atual: Parecer favorável apresentado pelo relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

Do que trata o projeto: O PLP 12/2020 revoga o §4º do art. 14 da Lei Complementar nº 109/2001, que hoje impede o participante de resgatar seus recursos ao portar sua previdência de uma entidade fechada para uma aberta, obrigando-o a contratar um benefício mensal por, no mínimo, 15 anos



A proposta corrige essa limitação e permite que o trabalhador tenha liberdade para decidir como utilizar sua reserva previdenciária após a portabilidade. Segundo o relator, a regra atual pode gerar prejuízos financeiros, pois o participante fica sujeito ao risco de crédito da seguradora responsável pelo pagamento da renda e, na maioria das vezes, recebe uma rentabilidade inferior à disponível em investimentos de menor risco, como títulos públicos.

O parecer também inclui uma emenda aditiva, esclarecendo que a portabilidade poderá ocorrer tanto entre planos de entidades abertas quanto de entidades fechadas, reforçando a liberdade de escolha do participante.

A iniciativa é vista como um avanço para os trabalhadores e aposentados, pois:

- Amplia a liberdade de decisão sobre o próprio patrimônio;
- Reforça a proteção dos recursos acumulados;
- Evita perdas decorrentes de rentabilidades menores;
- Contribui para maior justiça e transparência na previdência complementar.

PL 9215/2017 – Empresas Estatais Federais

Situação: Aguardando novo relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Do que trata o projeto: O projeto cria regras para o Governo definir quando uma estatal é “dependente” (precisa de recursos do Tesouro) e obriga essas empresas a apresentar um Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial antes de serem classificadas assim. O objetivo é garantir organização e sustentabilidade financeira das estatais.

PL 1589/2023 – Poder de Voto da União

Situação: Aguardando novo relator na CDE.

Do que trata o projeto: O texto impede que empresas privadas imponham limites ao poder de voto da União quando ela participa como acionista. O objetivo é evitar que o Estado perca influência em empresas estratégicas, mesmo quando sua participação acionária diminui.

PL 4301/2021 – Arbitragem e Previdência Privada

Situação: Aguardando novo relator na CPASF.

Do que trata o projeto: O projeto proíbe que contratos de previdência privada sejam obrigados a usar arbitragem. Assim, em caso de conflito entre participante e entidade, o cidadão mantém o direito de recorrer à Justiça comum.

PL 237/2026 – Inaplicabilidade da Lei da Usura às EFPC

Situação: Projeto apresentado.

Do que trata o projeto: Inclui na lei que a Lei da Usura (1933), que limita taxas de juros, não se aplica às obrigações feitas com Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). A proposta busca dar mais segurança jurídica a contratos e operações previdenciárias.

PL 287/2026 – Requisitos para Gestão de Pessoas em Estatais e EFPC

Situação: Projeto apresentado.

Do que trata o projeto: Altera a Lei das Estatais para definir regras e requisitos para ocupação de cargos de direção responsáveis pela gestão de pessoas em estatais e nas EFPC por elas patrocinadas. A intenção é fortalecer a qualificação e a governança dessas funções.

PL 3305/2025 – Aumento de Penas para Crimes Contra Beneficiários da Previdência

Situação: Encaminhado para CAS e CCJ do Senado (decisão terminativa).

Do que trata o projeto: A proposta aumenta as penas de crimes como estelionato, falsificação e peculato quando cometidos contra instituições de previdência ou seus beneficiários, protegendo aposentados e pensionistas contra golpes e fraudes.

PLP 152/2025 – Regulamentação de Trabalhadores por Aplicativo

Situação: Comissão Especial – Parecer lido pelo relator.

Do que trata o projeto: O projeto cria regras para serviços como transporte e entrega por aplicativo. Define contratos escritos, critérios de remuneração, direitos previdenciários e limites de taxas cobradas pelas plataformas. O texto busca dar mais segurança e transparência nas relações entre trabalhadores e empresas.